

SÉRIE ANTROPOLOGIA

470

MULHERES YANOMAMI E A VIDA SOCIAL TOTAL

Maryelle Ferreira

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília

**Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2021**

Série Antropologia é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa à divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Antropologia Vol. 470, Brasília: DAN/UnB, 2021.



Universidade de Brasília

Reitora: Márcia Abrahão Moura

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Arthur Trindade Maranhão Costa

Chefe do Departamento de Antropologia: Daniel Schroeter Simião

Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia: Carlos Emanuel Sautchuk

Coordenador da Graduação em Antropologia: Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Conselho Editorial:

Daniel Schroeter Simião

Carlos Emanuel Sautchuk

Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Comissão Editorial:

Kelly Silva

Alberto Fidalgo Castro

Guilherme Moura Fagundes

Henry Trindade Barretto Filho

EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site www.unb.br/ics/dan.

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:

Daniel Schroeter Simião

MULHERES YANOMAMI E A VIDA SOCIAL TOTAL

Maryelle Ferreira¹

Alcida Rita Ramos²

Universidade de Brasília

*É preciso que as mulheres tenham liberdade de experiência:
que elas difiram, sem medo, dos homens, e que expressem sua diferença abertamente*

Virginia Woolf, 1920

Resumo

Desde que o nome Yanomami ingressou no circuito mundial da etnologia acadêmica, ainda nos anos 1960, o povo Yanomami tem sido objeto de admiração, mas muito mais de abusos, não apenas políticos e econômicos, como culturais e linguísticos. De maneira escandalosa e retrógrada, suas mulheres, alheias a tais abusos, têm sido particularmente vilipendiadas por etnógrafos masculinos. Este texto dedica-se a expor essa miséria da etnografia Yanomami, não apenas identificando as fontes de abuso, mas, e principalmente, apresentando a face real das mulheres yanomami, com sua criatividade, generosidade e paixão como se manifestam na região de Maturacá no estado do Amazonas. Através delas, esperamos contribuir para diminuir os danos de uma antropologia equivocada e alheia à vida real.

Palavras-chave: Mulheres yanomami, gênero, protagonismo feminino, etnografia, associações indígenas

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB.

² Professora Emérita, UnB.

*Introito*³

Muito disseminada na Amazônia indígena, a narrativa do roubo das flautas põe a descoberto a tensão entre homens e mulheres pelo que, distendendo um pouco a semântica do termo, poderíamos chamar de poder. Resumindo: era uma vez um mundo em que às mulheres cabia ordenar a vida social, comandar seus conterrâneos mantendo os homens em posição subalterna e tratar do que importava para a coletividade. Acabrunhados e descontentes, os homens decidiram pesquisar a fonte do poder feminino. Acharam-no nas flautas que pertenciam às mulheres e, por meios sub-reptícios e pouco honestos, acabaram roubando as flautas e, com elas, o poder. Invertida a situação, agora os homens mandam, as mulheres obedecem. Tomamos essa história como a grande metáfora – e, por que não, ironia – do que queremos expor aqui.

Com referências fálicas a uma mítica emasculação, a fábula das flautas põe os homens no divã e expõe seus medos e ansiedades com relação às mulheres. É de se perguntar: de que eles têm medo? Muito presente na região do Rio Negro, essa narrativa, que se saiba, não chegou a entrar no repertório mítico dos Yanomami e, a julgar pelos dados apresentados neste artigo, por boas razões.

Desde que, ainda nos anos 1960, o nome Yanomami ingressou no circuito mundial da etnologia acadêmica, o povo Yanomami tem sido objeto de alguma admiração, mas muito mais de abusos, não apenas políticos e econômicos, como culturais e linguísticos. De maneira escandalosa e retrógrada, suas mulheres, alheias a tais abusos, têm sido particularmente vilipendiadas por etnógrafos masculinos. O embuste da submissão das mulheres talvez tenha tido seu apogeu no trabalho de certo etnógrafo norte-americano que fez fama e fortuna apregoando a quase sub-humanidade

³ Somos gratas a Carla Teixeira por suas úteis sugestões; a Estêvão Senra e Clémentine Maréchal pela leitura generosa que fizeram deste texto.

das mulheres yanomami. Falamos especificamente de Napoleon Chagnon ([1968] 1983), autor de livros sobre o que chamou de o povo feroz, o mais ferino, mas não o único antropólogo do sexo masculino a denegrir as mulheres que, voluntariamente ou não, os receberam em suas aldeias.

Este texto, portanto, tem um duplo objetivo: mostrar quão falaciosa é a noção da inferioridade das mulheres yanomami, aqui representadas pelas integrantes do subgrupo Yanonami e, restringindo-nos a este caso específico, ponderar sobre a diferença de olhares e posturas de etnógrafas e etnógrafos não indígenas sobre a experiência de gênero, especialmente entre o grande povo yanomami.

Misoginia etnográfica

Diz um autor:

Elas preocupam-se ... com o comportamento de seus homens e de vez em quando espicaçam-nos com acusações cáusticas de covardia. ... Os homens não aguentam ser assim diminuídos pelas mulheres e são forçados a agir se elas se unem contra eles (Chagnon [1968] 1983: 114; nossa tradução).

Síndrome das flautas roubadas? Ou

Quando uma mulher chega aos 30 anos de idade, ela já “perdeu a forma” e criou uma disposição bastante desagradável. As mulheres tendem a buscar refúgio e consolo na companhia de outras mulheres, partilhando a infelicidade com suas companheiras (idem: 114).

Numa espécie de paródia de consultório sentimental, o autor aventura-se pela areia movediça das emoções femininas sem qualquer apoio conceitual, o que levanta suspeitas sobre o seu preparo como pesquisador.

Diz outro autor: “Saía sozinha para esfregar suavemente a vulva num tronco de árvore ou convidava a amiga ou outras a quem, por sua vez, iniciava” (Lizot 1985: 68; nossa tradução). O erotismo gratuito nos escritos do etnógrafo francês Jacques Lizot, aqui atribuído a mulheres yanomae, foi tão intenso que chamou a atenção de observadores para os seus hábitos pedófilos com homens jovens yanomae no recôndito refúgio de sua pesquisa de campo na floresta amazônica, ampliando o escândalo provocado pela publicação do livro *Darkness in El Dorado* (Tierney 2000).

Um terceiro etnógrafo expõe:

É só isso que ela quer comer [batata frita sem sal]. Isso e banana-da-terra. Não é qualquer banana, por isso, passei metade do meu tempo comprando o estoque de banana-da-terra na cidade inteira. Depois tem todas aquelas folhas de tabaco que eu compro. Ela os enrola em trouxinhas, depois põe uma atrás do lábio inferior e isso a mantém satisfeita horas seguidas (Ken Good, *People*, 19 de janeiro, 1987: 24-29; nossa tradução).

Ken Good, ex-aluno de Chagnon, também norte-americano, foi “etnografar” Yanomami e levou uma adolescente como esposa para as intempéries da Filadélfia. Tratou-a com bananas e tabaco. Foram seus quinze minutos de fama antropológica. Tal aventura terminou, como era previsível, com a volta da mulher para a sua terra, deixando filhos “americanos” com o pai.

Coincidência ou não, todos esses senhores fizeram suas pesquisas de campo do lado venezuelano da terra yanomami, num país onde o controle sobre pesquisadores estrangeiros era na época pouco ou nenhum, se comparado com os critérios científicos de avaliação de projetos de pesquisa, nacionais e estrangeiros, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) brasileiro. A selva sempre exerceu um fascínio sobre aventureiros do Norte. No caso yanomami, mais ainda quando naquela selva de romance vive o que a revista *Time* chamou de o povo mais primitivo da terra, aquinhado com uma “cultura horripilante” que se assemelha a “tropas de babuínos” (Ramos 1995: 304). Ao que parece, a sobriedade do treinamento prolongado em antropologia não conseguiu domesticar impulsos aventureiros. Os rompantes misóginos transmitidos a meios de comunicação de massa tiveram o efeito de desqualificar as mulheres yanomami e transformá-las em joguetes dos caprichos de seus parentes masculinos. Nada mais errôneo!

Há mais de cinquenta anos, uma de nós, autoras, conviveu intensamente com as mulheres sanumá, subgrupo setentrional da família linguística Yanomami. Durante mais de dois anos quase ininterruptos, observou uma extraordinária simetria nas relações entre homens e mulheres (Ramos 1979). Em situações muito comuns, são os homens que vivem o peso da subserviência quando, sob o regime de residência uxorilocal⁴, trabalham para os sogros e padecem roubos e insultos dos cunhados. Mulheres que permanecem na família natal gozam de liberdade e segurança, o que não ocorre, por exemplo, com órfãs que mudam de aldeia e cuja via crucis é comparada à dos maridos quando fazem o serviço da noiva. O convívio de 26 meses da etnógrafa com as mulheres sanumá foi agradável, gratificante e extremamente informativo e não teve

⁴ A residência uxorilocal já foi tomada como exceção, resultado do contato interétnico, mas o volume crescente de pesquisas etnográficas vem mostrando que o complexo da uxorilocalidade é uma das características mais recorrentes na Amazônia indígena (Ramos 1978).

qualquer semelhança com a descrição enviesada que colegas masculinos fizeram do sexo feminino yanomami. Essa experiência vivida no campo autoriza-nos a repudiar as generalizações feitas sobre o status das mulheres yanomami. Não há traços de inferioridade feminina, de submissão aos homens, muito menos de uma “disposição desagradável” que revela infelicidade. Muito pelo contrário, ambas as autoras conhecem em primeira mão o seu extraordinário senso de humor, uma das feições mais marcantes das mulheres yanomami.

Passemos, pois, à demonstração etnográfica do lugar das mulheres em outro subgrupo Yanomami, os Yanonamĩ do extremo oeste da Terra Indígena Yanomami.

Mulheres Yanonamĩ: De vítimas inatas a vigorosas empreendedoras

Em Maturacá, região no estado do Amazonas inserida na Terra Indígena Yanomami (TIY), vive o subgrupo que se autodenomina Yanonamĩ. Seu contexto social é complexo, pois inclui o contato diário com uma missão salesiana, com um pelotão de fronteira do exército, com profissionais de saúde e com garimpeiros. Lá foi criada a primeira agremiação feminina na TIY, a Associação de Mulheres Yanomami Kumirãyõma (AMYK).

A AMYK contempla a comercialização de peças de artesanato feitas por mulheres e a divulgação do ethos feminino por contextos sociais e políticos fora das aldeias. Criada em 2015, a associação articula mulheres yanonamĩ de várias comunidades e se conecta com a Associação dos Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes (AYRCA), mais antiga e administrada majoritariamente por homens.

Naturalmente, a vida dessas mulheres não se limita à associação. Ela veio para marcar a sua inserção do mundo feminino yanonamĩ no mundo exterior. Tampouco foi a

associação que lhes deu acesso ao campo político. Pelo contrário, foi sua participação na política das aldeias que as levou a criar a AMYK. Portanto, para se conhecer a face feminina de Maturacá a partir de 2015, é preciso acompanhar a vertiginosa trajetória da influência das mulheres, da intimidade do ambiente cotidiano ao universo do cosmopolitismo não indígena. O ethos feminino vivido em Maturacá revela-se a cada passo das mulheres para criar a associação, para ocupar e dominar espaços cada vez mais amplos na TIY e fora dela. Vejamos como a AMYK surgiu, rapidamente cresceu e se projetou na região e no exterior.

A associação resulta do processo político dos Yanonamĩ na região do Rio Cauaburis. As demandas femininas vinham sendo discutidas e, em parte, realizadas, por meio de projetos da AYRCA com financiamento governamental. Embora a AMYK tenha sido criada pelo esforço e estratégia de algumas mulheres ativas na política local, sua concepção adveio de suas experiências com projetos sobre desenvolvimento sustentável. O exemplo mais visível é *Tiëmotĩma*, parte do Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI)⁵, juntamente com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), quando as mulheres yanonamĩ começaram a se organizar para a venda de artesanato⁶.

A primeira presidente da AMYK adquirira experiência na condução de associações quando atuou como secretária e tesoureira da AYRCA entre 2013 e 2015. Ao mesmo tempo, suas viagens e participação na política indígena do alto Rio Negro equiparam-na para elaborar a proposta inicial. A assistência de outras associações indígenas da Amazônia, como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), foi crucial para a criação da AMYK. A associação focaliza a autonomia das

⁵ O PDPI deriva do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) e do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).

⁶ Esse projeto foi financiado pelo PDPI para o fortalecimento institucional das organizações locais, a fiscalização da terra e atividades econômicas.

mulheres yanonami na venda de artesanato, na geração de renda e no fortalecimento de sua agência política. Por meio da AMYK, elas mostram de maneira contundente que integram plenamente os espaços da política interétnica, participando de negociações e estratégias para a defesa dos direitos indígenas. Com a sua criação, elas passam a exibir um invejável traquejo em lidar com finanças, trâmites burocráticos e outros contextos urbanos raramente, ou nunca, associados a indígenas, muito menos a mulheres indígenas.

Logo depois de criada a associação, as mulheres empenharam-se em divulgá-la no mundo dos brancos e buscar potenciais apoiadores. A partir daí, em abril de 2017, organizaram uma exposição de artesanato em Manaus, que culminou com o evento “*Suwë pë kōkamōu* [reunião de mulheres]: arte, cultura e articulação entre mulheres indígenas”. Teve lugar no Museu da Amazônia (MUSA) e contou com vários parceiros: pesquisadores, instituições indigenistas privadas (Instituto Socioambiental, ISA) e estatais (FUNAI), instituições de ensino (Universidade do Estado do Amazonas e MUSA) e do movimento indígena (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira [COIAB] e FOIRN). Teve expressiva repercussão local por envolver universidades e museus, mas, insistimos, a iniciativa foi unicamente das próprias mulheres que organizaram a feira e angariaram suporte. Eram onze que acrescentaram à exposição de Manaus palestras e oficinas sobre os saberes femininos. Foi a primeira participação da AMYK fora de casa, a primeira exposição de artesanato fora de São Gabriel da Cachoeira e a primeira vez que as mulheres falaram a um público de brancos.

No porto São Raimundo da cidade de Manaus, chegaram oito mulheres da comunidade Maturacá, duas de Inambú e uma de Nazaré, carregando sessenta sacos de peças de artesanato, quase todas vendidas na exposição, num total de cerca de dez mil

reais. Durante a exposição, muitas conheceram outras experiências do movimento de mulheres indígenas, como a Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro (AMARN), e, principalmente, viveram o cosmopolitismo não indígena: universidades, museus, pesquisadores. Na mesma ocasião, através do ISA, contataram alguns agentes da Fundação Le Ciel de Nova York. No fim daquele mesmo ano, viajaram aos Estados Unidos sob os auspícios dessa fundação.

Como queriam, as mulheres yanomami divulgaram sua recém-criada associação, venderam muitas peças, encontraram novos apoiadores e, principalmente, foram reconhecidas por etnólogos e pessoas que trabalham com povos indígenas, gente que até então nem de longe imaginava a potência das mulheres yanomami. Durante a divulgação do evento, muitas pessoas – pesquisadores e agentes do movimento indígena – duvidavam que elas conseguiriam ir a Manaus, argumentando que mulheres yanomami não costumam sair de suas aldeias para eventos e reuniões, ainda mais desacompanhadas de maridos ou de algum agente indigenista. A ignorância crônica sobre esse universo feminino gera inadmissíveis mal-entendidos sobre as formas de participação política próprias das mulheres, reduzindo-as ao trabalho doméstico nas aldeias e anulando, por cegueira de observação, sua atuação política tradicional, que agora, ao se expandir pelo universo interétnico, se faz conhecer.

Em Manaus, essas mulheres ficaram longe de filhos e maridos por uma semana. Assim desimpedidas, aproveitaram para comprar produtos não indígenas já integrados na rotina de trocas locais – roupas, alimentos, panelas – e “artigos de luxo”: perfumes, relógios e mimos para os parentes. Como são elas que conduzem nas aldeias as trocas de produtos da roça e mercadorias entre os parentes e os forasteiros moradores (militares e missionários), aplicaram o mesmo padrão na cidade ao decidirem o que fazer com o dinheiro arrecado com a venda de artesanato.

Longe dos maridos e da comunidade, o sentimento de segurança vem do amparo que a rede feminina de parentesco lhes dá. Sem dominar o português, algumas foram a Manaus confiando nas companheiras que falam ambas as línguas. Enquanto isso, em Maturacá, maridos e filhos se preocupavam com as mulheres e mães ausentes, pedindo notícias delas a pesquisadores e indigenistas, perguntando sobre o seu êxito no evento e como reagiam ao mundo dos brancos. Alguns temiam que elas não conseguissem falar e expor ao público os seus conhecimentos. No entanto, elas não apenas participaram em todas as atividades, como criaram estratégias para tornar a comunicação com os brancos mais próxima e dinâmica; com seus belos cantos, fizeram os participantes captar a força feminina em ações coletivas. Em quase todas as atividades da programação, cantaram em coro e dançaram em roda para incluir os participantes e mostrar-lhes um pouco da maneira como os Yanomami constroem suas redes de confiança e intimidade. Mostraram, principalmente, como funciona a AMYK e qual é o seu principal objetivo: fortalecer a coletividade das mulheres. Como um *kula* urbano e feminino, paralelamente ao contexto solene de expor objetos e ideias, levaram a cabo seções de trocas e foram brindadas com miçangas, tabaco e roupas.

A repercussão do evento em Manaus deu à AMIK um novo alento e chamou a atenção de novas entidades de apoio nacionais e internacionais. A segunda assembleia anual da associação, em 2017 – que um ano antes amargara desinteresse e desprestígio – contou com a presença vigorosa dessas entidades e de representantes indigenistas. Daí em diante, compareceram às assembleias e encontros femininos representantes da FUNAI, professores yanomami, representantes de universidades, inclusive da Universidade de Boston, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e da FIOCRUZ. Suas pautas e planos passaram a ser objeto de

longas discussões entre lideranças tradicionais e membros da AYRKA. Ou seja, a visibilidade da AMIK tomou proporções jamais imaginadas pelas próprias mulheres.

No fim de 2017, representada por duas sócias, a AMYK foi convidada para visitar a Universidade de Boston e também participar do evento que congregava líderes indígenas mundiais organizado pela Foundation Le Ciel de Nova York⁷. Essas reuniões giraram em torno do fortalecimento dos direitos indígenas, com especial atenção para a questão de gênero. Foi a primeira vez que mulheres yanomami representaram sua organização no exterior. Como resultado, a AMYK recebeu uma doação com a qual equiparam a associação com barcos e motores.

Depois dessas experiências, a expressividade da associação possibilitou a sua inserção em outros projetos, como a série “Saberes da Floresta Yanomami”, fruto de uma parceria entre a Associação Yanomami Hutukara e o ISA, que promove e divulga estudos de pesquisadores yanomami e não indígenas. Com a colaboração do INPA e o ISA, as mulheres da AMYK publicaram um livro sobre *përisë*, um fungo descoberto por elas, utilizado na decoração das cestas que tecem. O livro bilíngue intitulado *Përisë: Marasmius Yanomami: Përisëyoma pë wãha oni* (O fungo que as mulheres Yanomami usam na cestaria) resultou do projeto coletivo de mulheres da AMYK e pesquisadoras não indígenas.

Além de dinamizar a associação graças a doações de dentro e fora do país, as mulheres yanomami fazem questão de ampliar sua rede de apoio, criando vínculos com os mais variados parceiros. Em meados de 2019, escreveram um projeto para angariar mais recursos do edital feminista *Mulheres em Movimento*, financiado pelo Fundo Social Elas e ONU Mulheres. Definiram o projeto *Mulheres indígenas em rede*:

⁷ *Twelve and Above: The Wisdom Council*, esse evento aconteceu em Nova York e reuniu os sábios de doze culturas diferentes para compartilhar suas preocupações sobre o mundo atual e seus modos tradicionais de proteção espiritual.

fortalecimento organizacional das Mulheres Yanomami da AMYK, levando em conta a experiência da associação e suas necessidades. Começava aí o primeiro projeto de captação de recursos pensado e gerido exclusivamente por elas: controle dos gastos, prestação de contas, inúmeras viagens a São Gabriel da Cachoeira para organizar e planejar atividades, obtenção de documentos, como conta bancária, registro de contrato etc. Ainda naquele ano, a então presidente da AMYK participou de um evento feminista no Rio de Janeiro.

Há que considerar os muitos desafios que essas mulheres enfrentaram, praticamente sem experiência e sem orientação adequada, tanto em termos burocráticos como políticos e logísticos. Mesmo assim, fizeram da AMYK um baluarte de sua identidade indígena e feminina, dando ao mundo o recado que sempre faltou na etnografia convencional sobre os Yanomami. Atravessaram um processo de mudança na diretoria provocada por conflitos políticos dentro da própria aldeia, o que dificultou os trâmites burocráticos, mas não as intimidou. Cinco mulheres, jovens e velhas, fizeram diversas viagens a São Gabriel da Cachoeira para resolver pendências jurídicas, questões financeiras e compras. Enfrentaram as filas intermináveis do banco de São Gabriel da Cachoeira para abrir uma conta jurídica, correram de um lado para outro assinando contratos em cartório e movimentando recursos no banco sem qualquer apoio logístico indígena ou não indígena.

Um detalhe importante desse processo kafkiano: em meio a tantas viagens, a presidente da associação deu à luz uma menina e nunca deixou de levá-la para onde fosse, independentemente das funções que precisava cumprir; quando muito, passava a criança para parentas que a acompanhavam e que também eram da associação, exatamente como faria se estivesse na aldeia. Outras mulheres também levam seus filhos em longas viagens para a associação. São mães em todos os contextos, pois o

papel de liderança política apenas se soma ao de mãe, não o neutraliza, já que um bebê precisa estar junto à mãe para que ela lhe molde o corpo com suas substâncias corpóreas, como o leite, por exemplo (Ramos 1990: 95).

Compraram equipamentos para a AMYK: dois notebooks e uma máquina fotográfica. Compraram miçangas para fazer adornos e diversificar o artesanato. Orientadas pela autora jovem entre nós e pelas experientes coordenadoras do Departamento de Mulheres da FOIRN, organizaram oficinas sobre a utilização de equipamentos eletrônicos, sobre valor e preços. Jovens, anciãs e professoras participaram das oficinas, mesmo as que não dominavam o português. Juntas, teciam suas cestas. É muito importante que todas participem dos encontros da associação, pois reunir-se traz alegria, bom humor e fartas gargalhadas. Mesmo que não entendam muito ou nada sobre como gerir uma associação, em especial as mais velhas, valorizam o ato de estar juntas. Unidas pelo tecer e pelo canto, elas se sentem fazendo política de mulheres.

Com apenas cinco anos de existência, a Associação de Mulheres Yanonami Kumirãyõma já ganhou a reputação e experiência que poucas associações indígenas alcançaram. Além de desenvolver projetos próprios, as mulheres yanonami enfrentam desafios impostos por moldes alheios à sua formação. Além de um sistema burocrático alienante, do código labiríntico de algumas ONGs, das agruras de captar recursos, ainda enfrentam críticas dos homens da outra associação, AYRCA, e lutam para mostrar às comunidades as virtudes da liderança feminina nos espaços interétnicos.

Vida política + vida familiar = vida social total

A vida política das mulheres yanonami não se resume à associação; ao contrário, ela é apenas um produto da vida social total em que fazer política já está embutido na

vida cotidiana. Não tiveram nenhuma dificuldade em adotar esse modelo alienígena de protagonizar a política de gênero, precisamente, porque já ocupavam esse nicho nos espaços domésticos, nas aldeias e para além delas, no entorno Yanomami (Albert 1985).

O que demonstra bem essa coexistência da vida política com a vida familiar é a valorização conferida aos espaços coletivos de mulheres, seja durante a cerimônia fúnebre (*reahu*), quando se pintam e cantam, seja nas coletas e nas roças como parte de produzir alimentos. Normalmente, esses afazeres são compartilhados entre mulheres da mesma aldeia, que criam uma rede de troca de conhecimentos, parte integrante da formação de uma mulher yanomami. É um processo coletivo por excelência. Dizemos isso porque, mesmo em Maturacá que carrega o rótulo de “Yanomami aculturado”, é comum encontrar nas casas de farinha várias mulheres preparando juntas os alimentos. O acervo de conhecimentos sobre a mata, suas plantas e frutas comestíveis é transmitido em grupo. Assim que termina a reclusão do *hepemou* (ritual da primeira menstruação), começa a instrução da jovem pelas velhas (*patayōma*) com as quais fica durante dias aprendendo sobre plantas, sobre pesca, sobre cestaria, como cuidar do corpo, como lidar com os outros. Esse é o processo que, segundo as yanomami, forma uma mulher *nihite*, habilidosa na pesca e na variedade de seus produtos da roça. Coletar cipós para cestaria também se faz sempre em grupos femininos, consumindo dias de viagem pela mata, transpondo o ambiente doméstico para lugares distantes, às vezes, perigosos. Em todas essas atividades, as mulheres estão sempre rindo umas com as outras, cheias de humor. Não muito diferente disso, a política da associação também é feita coletivamente e em clima de descontração (Ferreira 2017).

Ao se associarem, as mulheres transferiram para as práticas da associação os cuidados mútuos sempre com a alegria, o humor e o afeto que dão bem-estar. Durante as atividades coletivas da associação, elas reproduzem o que chamam de *puhi* (alegria),

conceito muito valorizado e que diz muito sobre a ênfase que a ética yanomami confere ao humor (Alès 2000). Para que ele se mantenha, é preciso haver sabedoria e maturidade para lidar com as relações jocosas entre parentes próximos. É no contexto da AMYK onde melhor se percebe o sentimento de convivialidade manifestada no constante bom humor. Sendo *puhi* um sentimento tão importante, ele é acionado onde menos se esperaria: no espaço político que formaliza a participação feminina no campo da política indígena e indigenista.

Na convivência dentro da associação, as mulheres yanomami também discorrem sobre os acontecimentos da aldeia e constroem seus argumentos e opiniões sobre os assuntos mais diversos: as cerimônias fúnebres e seus preparativos, os motivos da morte de um parente e questões trazidas pelo contato interétnico, como políticas de saúde e educação.

Transpor seus hábitos domésticos de convivialidade para a AMYK foi, justamente, a principal motivação para criá-la. Ter um espaço próprio e exclusivo onde possam se reunir e em conjunto produzir peças de artesanato e ampliar suas redes de troca é o ponto central para manter a associação. Aí, alimentam intimidade e objetivos comuns. Confiança e cooperação marcam a vida diária. Esse reforço para manter a convivialidade, explícito entre mulheres, expressa-se pela ética do cuidar, também observada entre os Yanomae (Alès 2000). A ética do cuidado com o próximo, que gera a confiança construída e enfatizada nas relações cotidianas entre mulheres co-residentes, é levada à associação e incorporada à atuação política. A projeção do cotidiano na associação pode estar relacionada com a perda da uxorilocalidade, a tradicional norma yanomami de residência após o casamento que, em Maturacá, tem sido constantemente minada por pressões externas. Por ela, a mulher se casa e permanece na aldeia natal junto à família imediata e extensa, enquanto o marido se muda para a casa da esposa e

fica sujeito às obrigações do serviço da noiva e ao desconforto da convivência com seus afins. Como assinala Ramos (1996), as mulheres ficam em casa à vontade, donas da situação, sem prestar contas aos parentes dos maridos.

Em Maturacá, o casamento uxorilocal tem sido afetado pelo aumento populacional. Com quase três mil pessoas, os núcleos residenciais acabaram por se dispersar entre as cinco aldeias da região, entre os novos bairros que se criaram próximo às aldeias ou até mesmo ao longo dos igarapés e trilhas. A falta de espaço para a produção de roças, as dificuldades de acesso aos rios com água limpa e a ausência de caça têm obrigado algumas famílias a se distanciar de seus co-residentes. Assim, as mulheres acabam por se afastar de suas redes femininas. A associação, portanto, é um fator re-aglutinante para elas. Se perguntarmos a uma Yanonami o que seria uma boa gestão para a AMYK, ela dirá que é a capacidade de reunir as mulheres de todas as aldeias representadas, promovendo encontros e visitas de articulação política. Para elas, a associação serve, principalmente, para consolidar o trabalho artesanal com dias inteiros juntas na mata coletando matéria prima, para trocar informações e notícias e para discutir assuntos políticos coletivamente. Em suma, a associação veio repor antiga forma uxorilocal de concentração de mulheres.

Tudo indica, portanto, que o tradicional modelo de residência que lhes dava conforto e liberdade foi recuperado numa nova configuração franqueada às mulheres pelo contato com o mundo exterior, o mesmo mundo que lhes tirou a uxorilocalidade. A extraordinária criatividade dessas mulheres para resgatar um bem cultural perdido não deve passar despercebida ao observador externo e interno, especialmente aos homens yanonami. Porém, dizem elas, sua associação vai além de um espaço para a discussão de pautas femininas sobre direitos indígenas. É, primordialmente, uma forma de manter seu regime de trocas coletivas durante as atividades cotidianas e rituais. A AMYK

facultou-lhes nutrir suas redes de confiabilidade e cooperação já vigentes no cotidiano da comunidade (Ferreira 2017).

No controle da raiva e do mau humor as mulheres sobressaem. As velhas de Maturacá comandam a interpretação e ritualização de apelos de paz. São as *Wayōma*, emissárias da paz, cujo papel é levar mensagens de apaziguamento em incursões guerreiras ou nas visitas a comunidades desconhecidas (Kopenwa e Albert 2015). Elas abrem caminho para o encontro pacífico entre os líderes de ambas as comunidades, de modo a selar a amizade e propiciar as relações de troca entre eles. Embora os Yanonami de Maturacá não participem de incursões guerreiras, as *Wayōma* continuam requisitadas quando uma aldeia visita outra. Isso acontece especificamente entre Maturacá e Ariabú, que têm um passado de animosidade. As mulheres yanonami em particular, e yanomami em geral, estão desde sempre acostumadas a lidar com relações antagônicas, sendo peças-chave para manter o equilíbrio em conflitos, como observou Machado (2015) entre os Yanomae. Com essa tradição, sentem-se seguras para criar uma associação que as leva a confrontar diretamente a alteridade branca, peritas que são em técnicas de diplomacia.

Importantes como são nas relações políticas intercomunitárias, as mulheres yanonami exaltam a bravura e a coragem tanto quanto os homens. Assim como existe um valor moral de homens *waithëri*, que significa ser corajoso, ter valentia e disposição para se vingar de um inimigo, *waithëriyōma* (-yōma, sufixo que designa mulher) refere-se às mulheres que enfrentam o desconhecido, seja nos apelos de paz entre aldeias, seja no mundo exterior. Aquelas que foram a Manaus, aos Estados Unidos e aos eventos de outros povos indígenas e que aceitam convites para falar aos brancos fora das aldeias são chamadas de *watëriyōma*. *Watëriyōma* são também as que enfrentam ou

neutralizam agressões dos maridos⁸. Enfrentar agressores, inimigos, defender os seus, viajar para longe e falar aos brancos fazem parte do valor moral atribuído a uma Yanonami *watëriyoma*; estimulam e causam admiração nas outras mulheres.

A política das mulheres Yanonami começa em casa. Exercem muita influência sobre filhos e maridos que ocupam posições de liderança. Assim como fazem em suas casas, é comum nas assembleias que professoras e esposas de líderes opinem e questionem publicamente os argumentos de homens e de agentes não indígenas. Podem não falar português, mas não se furtam a tecer comentários sobre o que está sendo discutido. Na AMYK, simplesmente exportam essas práticas para espaços mais amplos, distantes e diversos. É um dispositivo de “branco” que as Yanonami souberam adaptar para desenvolver seus projetos de vida. É também um veículo para mostrarem até que ponto estão aptas para navegar por espaços cosmopolitas com invejável iniciativa e autonomia. No entanto, isso só é possível porque as práticas cotidianas, características dos Yanomami em geral, equipam-nas com a confiança necessária para se lançarem ao vasto mundo ocidental como gestoras de seus próprios empreendimentos. Vida cotidiana e vida política se misturam e se complementam, de modo que a associação expandiu sua vida política e fez suas vozes a espaços urbanos que a maioria dos líderes indígenas só alcança com apoio externo. A relação com o exterior não é, portanto, especialidade exclusiva dos homens; também as mulheres sabem lidar com o que é estranho quando, por exemplo, tratam alimentos exógenos para torná-los consumíveis (Guimarães 2005). Os desafios do contato interétnico apenas se somam a esse repertório de alteridades. Insistimos nesse ponto, beirando a exaustão, para que não reste dúvida sobre a falácia das mulheres yanomami submissas e infelizes.

⁸ Entre os Yanomae, as mulheres se valem de plantas mágicas capazes de atingir a virilidade e coragem dos homens (Albert 1985). Geralmente são usadas como retaliação em casos de desafetos, traições, rejeições, ciúmes, agressões ou assédios.

A dicotomia público/privado, que tanto mobiliza pensadores e políticos, não tem sentido no contexto yanomami. Aliás, entre povos indígenas, esses e outros domínios não são estanques e não há compartimentalização de papéis: tanto o doméstico quanto o público atuam na produção da vida social e na filosofia moral (McCallum 1997, Strathern 2008). Como não poderia deixar de ser, a separação entre público e privado também é alheia às mulheres yanomami. Nem a AMYK, com sua estrutura alienígena, que as levou tantas vezes a centros urbanos, às estranhezas, barbarismos e incongruências do mundo “civilizado”, ao glamour dos encontros internacionais, conseguiu abalar a integridade da sua vida social baseada na complementaridade de instâncias que se querem juntas.

A maldição das ideias recebidas

Há quatro décadas, muito apropriadamente, Eleanor Leacock (1978) insistia que o tratamento etnográfico dado a mulheres indígenas nada mais era do que uma projeção da sociedade a que pertencia o etnógrafo. Usando o que ela chamou de fraseologia etnocêntrica, esses estudiosos, na ausência de pesquisas aprofundadas sobre homens e mulheres indígenas, displicentemente aplicavam o que sabiam de seu próprio meio. Demasiadas perguntas sobre mulheres, afirmou Leacock, deixavam de ser feitas, de modo que as “lacunas nos registros etnográficos eram prontamente preenchidas com clichês” (Leacock 1978: 247). Davam como universal a premissa de que a maternidade ata as mulheres definitivamente à esfera doméstica que, como sói ser no Ocidente, é destituída de poder. “Raramente se considera a possibilidade de homens e mulheres serem ‘distintos, mas iguais’, o que não é surpresa, já que condiz com a intimação às mulheres da nossa sociedade para que valorizem as vantagens da responsabilidade que a maternidade acarreta aqui” (Leacock 1978: 248). Pouco ou nada se dizia sobre serem

elas capazes de harmonizar a maternidade com outras atividades que lhes conferissem status igual ao dos homens e que não as reduzisse a criaturas “do lar”. Contra o pano de fundo da demonstração acima sobre as mulheres yanomami, tais “descuidos” etnográficos, com sua fraseologia etnocêntrica, reduzem seus autores a meros repetidores das ideias há muito recebidas de uma Europa doente e decadente.

No entanto, mesmo a visão lúcida de Leacock encampou um aspecto da velha guarda que não encontra fundamento nos dados etnográficos aqui apresentados. Supõe a autora ser incontornável o impacto de forças externas sobre a ordem indígena de equivalência social dos gêneros. Frente à perda de terras, trabalho assalariado e outras intervenções drásticas na vida indígena, “a opressão das mulheres originalmente delineada por Engels, *é realmente transcultural*” (Leacock 1978: 256; ênfase acrescentada). A mesma crítica que a autora faz aos usuários de fraseologia etnocêntrica pode se voltar contra ela. Na ausência de dados em primeira mão, serve apelar para outra ideia recebida: o capitalismo destrói culturas. Mas vejamos o caso yanomami. De todos os subgrupos Yanomami, o de Maturacá tem sido o mais exposto por mais tempo a agentes transformadores: missionários, militares, funcionários do Estado, ONGs, etc. A favor da argumentação de Leacock, a garantia oficial da Terra Indígena Yanomami é um fator positivo, embora invasões de garimpeiros e outros focos ilegais sejam constantes tanto em Maturacá como alhures. No mais, como no resto da TIY, o status das mulheres não sofreu mudanças profundas. Ao contrário, intensificou-se quando elas encontraram os espaços cosmopolitas que as elevaram a agentes políticos dentro e fora da TIY.

Final epistolar. Carta de antropólogas a antropólogos

Caros colegas,

Certamente estranharão esta carta inesperada de duas antropólogas interpelando etnógrafos, vivos e mortos, famosos e ignotos, sobre o desinteresse por mulheres, tanto indígenas como colegas, no estrito senso antropológico, frisemos bem. Que, por desígnio ou distração, ignoraram o mundo feminino – como se pudessem se dar a esse luxo – já que parecem acreditar que aquele mundo nada acrescentaria ao conhecimento de uma realidade indígena.

Pois ao darem as costas à metade feminina das comunidades yanomami que estudaram, não sabem o que perderam na vida e na carreira. Construir um texto de quase 500 páginas para louvar as proezas predatórias de homens yanomami, como manifestações do “lugar do homem na natureza” (Sponsel 1981), é dispendiar esforço, tempo e espaço demasiados para caracterizar apenas metade do universo yanomami; meio milhar de páginas em que grita o silêncio quase total sobre a outra metade, aquela que abriga, reproduz, alimenta tanto o estômago quanto a mente dos compatriotas. Numa tese de doutorado há muito esquecida, o autor, adepto da sociobiologia (Melancon 1982), retratou as mulheres yanomami como entes guiados pelas leis da evolução, manejando o número de filhos de acordo com a capacidade ambiental ao seu redor. E vejam que as próprias antropólogas não estão livres de cair na armadilha das ideias recebidas. Uma etnógrafa, cuja pesquisa de campo entre os Yanomami da Serra de Surucucus foi seriamente prejudicada pela aspereza do contexto etnográfico, talvez por carência de dados próprios, segue acriticamente o roteiro da inferioridade das mulheres yanomami (Shapiro 1972). Na mesma década, Michelle Rosaldo e Louise Lamphere, na sua já clássica e bem-intencionada coletânea (Rosaldo e Lamphere 1974), propõem mudar o cenário misógino da antropologia, mas não conseguem se

desvencilhar da armadilha preparada no Ocidente e exportada para mundo. Quando afirmam que, “embora o grau e expressão da subordinação feminina varie muito, a assimetria sexual é atualmente um fato universal da vida social humana” (: 3), enchem o prato dos nossos colegas misóginos! Parece que a ninguém ocorreu expor o viés que a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chamou de o perigo de uma história única (2009). O registro etnográfico está repleto de exemplos que indicam que a guerra não é feita por mulheres, que duelos corporais não as atraem, que a bravata masculina tem sua contraparte feminina no exercício da exortação, que *nurture* não faz *nature*, que a diferença de força muscular entre homens e mulheres não as impede de pensar, persuadir, governar, não no palco das aparências, mas nos bastidores das decisões (Golde 1986). Isto mostra “quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história” (Adichie 2009: 13), uma única história a que chamamos aqui de ideias recebidas. Ou seja, o que Adichie repele como agressões aos povos africanos, nós repelimos como agressões às mulheres em geral e às indígenas em particular. Por que os praticantes de antropologia, de ambos os sexos, insistem em engessar o modo de ser feminino no molde rígido do masculino, tendo à sua frente uma abundância de contraexemplos? Por que não buscar entender uma outra lógica, não assimétrica, mas equivalente na diferença? Por que seguir cegamente a falácia de que um idioma é superior a outro? Por que não dizer, como Blaise Pascal, que o lado masculino exerce *l'esprit de géométrie* enquanto o feminino cultiva *l'esprit de finesse*, e que ambos, juntos, convivem e se complementam? Seria um tributo à sensibilidade etnográfica e à inteligência indígena.

Claro, reconhecemos que os tempos mudaram, mas novas ideias ainda esbarram contra a história única que tanto prosperou nos estudos sobre Yanomami e que tanto dano causou à imagem pública daquele povo. Uma dessas ideias advém da introdução

do cosmopolitismo no mundo feminino yanomami. Aquilo que várias de nós testemunhamos, compartilhamos e propagamos em nossos escritos e que fazem parte da rotina da vida em aldeia – a influência política, o senso de humor, a dedicação e a sabedoria das mulheres – mostra-se agora ao mundo quando elas ocupam lugares proeminentes nos assuntos que a fraseologia etnocêntrica atribui aos homens; quando tomam a iniciativa de se lançar no torvelinho do mercado de artesanato e de projetos; quando reconstróem estruturas sociais danificadas pelo contato com forças externas. O que etnógrafos não viram, os meios de comunicação começam a desvelar. Será então preciso que o mundo externo exponha essa realidade para que nós, etnógrafas dos Yanomami, sejamos finalmente ouvidas? Seria a invisibilidade das mulheres Yanomami replicada nos “bosques da academia”, para reavivar Mary McCarthy (1952)? Não queremos crer, mas é difícil negar. E, juntando insulto ao assalto, ou como dizem em inglês, *adding insult to injury*, ainda temos que engolir a desfaçatez deste mundo ao sermos alvo, que esperam nos seja grato, da complacência que criou o Dia Mundial da Mulher e o Dia do Índio. Reconhecem-nos apenas uma vez por ano e lavam as mãos nos restantes 363 dias. Com isso, inadvertidamente, mulheres e indígenas ganharam algo mais em comum: ser objeto de homenagens anuais com abundância de rosas e cocares.

Não nos condenem nem nos ignorem por quisermos contar outras histórias. Como na epígrafe de Virginia Woolf (2019: 43), se as mulheres gozarem de liberdade de ação e expressão, se manifestarem abertamente suas diferenças com relação aos homens, todos nós ganharemos!

Então, caros colegas etnógrafos que ainda estão conosco, aceitem o nosso convite: abram olhos, ouvidos, mentes e corações e enterrem de vez o nefasto espectro das ideias recebidas, da história única de quem domina, crê que domina ou deseja dominar.

Com isto, nos despedimos.

Atenciosamente,
Alcida e Maryelle

Referências

- Adichie, Chimamanda Ngozi. 2009. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Albert, Bruce. 1985. *Temps du sang, temps des cendres: representation de la maladie système rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne)*. Tese de doutorado, Université de Paris X.
- Alès, Catherine. 2000. Anger as a marker of love: the ethic of conviviality among the Yanomami. In: *The anthropology of love and anger: the aesthetics of conviviality in native Amazonia*, J. Overing e A. Passes (orgs.), pp. 133-51. Londres: Routledge.
- Chagnon, Napoleon. 1968. *Yanomamö. The fierce people*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.
- Ferreira, Maryelle, I. M. 2017. *Mulheres Kumirãyôma”: uma etnografia da criação da associação das mulheres Yanomami*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas.
- Golde, Peggy (org.). 1986. *Women in the field. Anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press.
- Guimarães, Sílvia. 2005. *Cosmologia Sanumá: O xamã e a constituição do ser*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- Kopenawa, Davi e Bruce Albert. 2015. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Leacock, Eleanor. 1978. Women's status in egalitarian society: Implications for social evolution. *Current Anthropology* 19(2): 247-275.
- Lizot, Jacques. 1985. *Tales of the Yanomami: Daily life in the Venezuelan forest*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Machado, Ana Maria. 2015. *Lutamu: Relações interétnicas e protagonismo feminino no Papiu no contexto de um conflito intercomunitário Yanomami*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- McCallum, Cecilia. 1998. Alteridade e sociabilidade Kaxinauá: Perspectivas de uma antropologia da vida diária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 13(38): 127-136.
- McCarthy, Mary. 1952. *The groves of academe*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Melancon, Thomas. 1982. *Marriage and reproduction among the Yanomamo Indians of Venezuela*. Tese de doutorado, Pennsylvania State University.
- Ramos, Alcida Rita. 1978. Mundurucu: Social change or false problem? *American Ethnologist* 5:675-89.
- _____. 1979. On women's status in Yanoama societies. *Current Anthropology* 20(1): 185-187.
- _____. 1990. *Memórias Sanumá: Espaço e tempo em uma sociedade Yanomami*. São Paulo: Marco Zero.
- _____. 1995. *Sanumá Memories. Yanomami Ethnography in Times of Crisis*. Madison: University of Wisconsin Press.
- _____. 1996. Yanomami and gender. Toward a Sanumá theory of knowledge. *Série Antropologia* N° 202.
- _____. 2018. Apresentação. Dossiê Estados e etnias nas fronteiras amazônicas. *Anuário Antropológico* 43(2): 13-24.
- Rosaldo, Michelle e Louise Lamphere (orgs.). 1974. *Woman, culture & society*. Stanford: Stanford University Press.
- Shapiro, Judith. 1972. *Sex roles and social structure among the Yanomama Indians in Northern Brazil*. Tese de doutorado, Columbia University.

- Sponsel, Leslie. 1981. *The Hunter and the hunted in the Amazon: An integrated biological and cultural approach to the behavioral ecology of human predation*. Tese de doutorado, Cornell University.
- Strathern, Marilyn. 2008. *O gênero da dádiva*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Tierney, Patrick. 2000. *Darkness in El Dorado. How scientists and journalists devastated the Amazon*. Nova York: W. W. Norton & Company.
- Woolf, Virginia. 2019. *As mulheres devem chorar ... ou se unir contra a guerra. Patriarcado e militarismo*. Belo Horizonte: Autêntica.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
Últimos títulos publicados

459. CONSTANT, Jósimo da Costa. A terra é de vocês e a saúde também! Compreendendo a efetivação do direito ao território e à saúde entre os Puyanawa. 2017.
460. FERREIRA SILVA, Bernardo Peixoto Leal. Vidas no prelo: Persistência da linotipo e de seu mecânico na Cidade Ocidental – GO. 2018.
461. RAMOS, Alcida Rita. Vivos, afinal! Povos indígenas do Brasil enfrentam o genocídio. 2018.
462. RAMOS, Alcida Rita. Seduzidos e abandonados, ou, como amansar índios rebeldes. 2019.
463. DYTZ, Rebecca Valões. Lixão da Estrutural: Uma paisagem no tempo. 2019.
464. VANDER VELDEN, Felipe. Cachorro morto: Repensando a 'crueldade' contra cães na Amazônia. 2019.
465. SABADINI, Gabriela Oliveira. O atendimento em saúde indígena no Distrito Federal: etnografando as relações entre a biomedicina e medicinas indígenas no Hospital Universitário de Brasília (HUB). 2020.
466. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto & SIMIÃO, Daniel Schroeter. Conversar com Deus: Violência Doméstica e Dilemas do Judiciário no Brasil. 2020.
467. PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. & PEREIRA, Márcia Leila de Castro. Memória dos Barramanceiros: processo de desterritorialização de uma comunidade negra rural quilombola. 2020.
468. NOLETO, Julia Tossin. "Tem vez que o cristal dá em cima. Tem vez que ele dá na baixada": uma etnografia do conhecimento do garimpo e dos garimpeiros de cristal de rocha da Chapada dos Veadeiros – GO. 2021
469. RAMOS, Alcida Rita. From pin to pac: brazilian indians as hostages of development. 2021.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3107-1551

E-mail: dan@unb.br

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.dan.unb.br

Série Antropologia has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

Série Antropologia Vol. 470, Brasília: DAN/UnB, 2021.